Governo do Estado de São Paulo
Superintendência da Polícia Técnico-Científica
Divisão de Administração

Contrato

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo n° 060.00008376/2025-13)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **39/2025**, CELEBRADO ENTRE O **ESTADO DE SÃO PAULO**, POR INTERMÉDIO DA **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICOCIENTÍFICA** E **SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

O Estado de São Paulo, por intermédio da **Divisão de Administração da Superintendência da Polícia Técnico Científica**, com sede na **Rua Moncorvo Filho nº 410**, na cidade de **São Paulo** /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.429.162/0004-98**, neste ato representado(a) pela **Superintendente da Polícia Técnico Científica substituta, Sra. Karin Kawakami De Vicente**, nomeado(a) pela ***Resolução de 26* de novembro de 2025, publicado(a) no *DOE* de 27 de novembro de 2025,** *inscrito no CPF sob o nº* ***187.108.298-65***, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e a **empresa Santiago & Cintra Importação e Exportação LTDA**, *inscrito(a) no CNPJ sob o nº* ***51.536.795/0006-00***, *sediado(a) na* **Avenida Doutor Celso Charuri, 6391 - 3º andar – Condomínio Bella Cittá - CEP: 14098-510 - Ribeirão Preto SP**, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representada por **Luiz Fernando Antonio Dalbelo**, inscrito(a) no CPF sob o nº **310.366.818-07**, *conforme atos constitutivos da fornecedora,* tendo em vista o que consta no Processo nº **060.00008376/2025-13** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *da Inexigibilidade de Licitação n. 16/2025*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **SISTEMA RECEPTOR DE GNSS – atrelado à Emenda Parlamentar nº 2025.267.68362 de autoria do Sr. Deputado Bruno Zambelli**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*CATMAT*	*QUANTIDADE*	*VALOR UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL DO ITEM/SUBITEM*	*VALOR TOTAL GERAL*
	Sistema receptor de gnss					

1	1.1 - Receptor de sinais gnss trimble da2 forensics	**462262**	6	R$ 4.240,00	R$ 25.440,00	R$ 399.780,00
	1.2 - Coletor de dados trimble tdc6		6	R$ 19.500,00	R$ 117.000,00	
	1.3 - Suporte de bastão p/ tdc6/mm6 c/ base magnética		6	R$ 2.200,00	R$ 13.200,00	
	1.4. - Tdc6/mm6 device bracket with magnetic plate		6	R$ 1.280,00	R$ 7.680,00	
	1.5 - Kit de acessorios de montagem p/trimble da1 e da2		6	R$ 180,00	R$ 1.080,00	
	1.6 - Carregador c/cabo p/ coletor dados tsc5 e tdc6		6	R$ 560,00	R$ 3.360,00	
	1.7 - Carregador portatil de bateria ions litio npb1		6	R$ 470,00	R$ 2.820,00	
	1.8 - Bastao de 2m		6	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00	
	1.9 - Bolsa para tsc5		6	R$ 750,00	R$ 4.500,00	
	1.10 - Prest serv licença uso de sw trimble capture c correção anual		6	R$ 7.090,00	R$ 42.540,00	
	1.11 - Prest serv licença uso de sw trimble capture c correção anual		24	R$ 7.090,00	R$ 170.160,00	

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. *A Autorização de Contratação Direta e demais documentos que componham a presente contratação*;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será ***com entrega única e/ou total.***

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de* ***140 (cento e quarenta) dias corridos, sendo 90 dias para entrega****, contados da última assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021 .*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R$* ***399.780,00 (trezentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta reais****).*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a **10/12/2025** *(DD/MM/AAAA)*.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPC (FIPE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de ***30 (trinta)*** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 3**0 *(trinta)*** contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.10. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores

e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constan tes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. ***Entregar todos os equipamentos e softwares que compreendem o sistema deverão vir acompanhados de manual impresso e/ou em mídia de CD, DVD ou USB Drive, em português.***

9.1.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de um manual operacional e um manual técnico, redigidos em português.

9.1.2. **A empresa deverá fornecer treinamento em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades do equipamento, sem custo adicional, com duração mínima de 08 horas (um dia); para no mínimo seis até oito novos usuários.**

9.1.2.1. A data para o início da contagem do prazo para a realização do treinament o será de até 15 dias após o recebimento do equipamento.

9.1.2.2. O instrutor deverá ministrar o treinamento na língua portuguesa, ter formação especifica em (engenharia, cartografia ou agrimensor) comprovando por documento diploma do respectivo órgão emissor.

9.1.2.3. O treinamento devera compreender apresentação teórica do equipamento e pratica para todos os usuários.

9.1.3. **A empresa fornecedora deverá possuir estrutura técnica para suporte técnico com pelo menos um profissional especializado, comprovado pelo órgão emissor, no sistema proposto a ser comprovado através de carta do fabricante.**

9.1.3.1. **A empresa deverá prestar suporte técnico off line, por telefone/e-mail durante todo o período de garantia dos equipamentos/licença. Compreende como suporte técnico, tanto orientações técnicas por telefone referente ao uso dos softwares e hardwares adquiridos no presente ETP como qualquer pane que interrompa os trabalhos em execução, durante a vigência do período da licença.**

9.1.3.1.1. A assistência ao usuário deverá abranger o período de segunda a sexta-feira das 8:30 as 17:30:

9.1.3.1.1.1. via telefone: (11) 2883 6996;

9.1.3.1.1.2. email: polezel@secsp.com.br ou;

9.1.3.1.1.3. via whatsApp (11) 9 9131-8779 - Sr. Wesley.

9.1.4. **Cumprir integralmente o disposto no termo de Contrato e o Estudo Técnico Preliminar.**

9.1.5. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.7. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da

entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação direta;

9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.17. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.20. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.21. *Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.1.22. *Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de*

2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.23. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*

9.1.24. *Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.1.25. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze.) dias;

2. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021 .

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 25% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 3% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

i. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021 , sem prejuízo da cobrança de multa acima prevista.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia

prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021 , ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013 , serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021 , ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021 .

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021 .

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021 , devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021 , conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: ***00001***

II. Fonte de Recursos: ***150010001***

III. Programa de Trabalho: ***0618118206559000***

IV. Elemento de Despesa: ***449052***

V. Plano Interno: ***000.000.0100***

VI. Nota de Empenho: ***2025NE00708***

13.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021 , admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021 .

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021 , bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em

atenção ao art. 91, *caput,* da Lei nº 14.133, de 2021 , e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011 , c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023 .

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em ***01 (uma) via digital***, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXOS

- ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA (TR) E SUBANEXOS

- ORÇAMENTO

ESP-ADMINISTRACAO DA SUP

Termo de Referência 24/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2025	180216-ESP-ADMINISTRACAO DA SUP	CRISTIANE YURI HONNA	05/12/2025 19:38 (v 2.3)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	259/2025	060.00008376/2025-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **SISTEMA RECEPTOR DE GNSS – atrelado à Emenda Parlamentar nº 2025.267.68362 de autoria do Sr. Deputado Bruno Zambelli,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	*ESPECIFICAÇÃO*	*CATMAT*	*QUANTIDADE*	*VALOR UNITÁRIO*	*VALOR TOTAL DO ITEM /SUBITEM*	*VALOR TOTAL GERAL*
	Sistema receptor de gnss					
	1.1 - Receptor de sinais gnss trimble da2 forensics		6	R$ 4.240,00	R$ 25.440,00	
	1.2 - Coletor de dados trimble tdc6		6	R$ 19.500,00	R$ 117.000,00	
	1.3 - Suporte de bastão p/ tdc6/mm6 c/ base magnética		6	R$ 2.200,00	R$ 13.200,00	

	1.4. - Tdc6/mm6 device bracket with magnetic plate		6	R$ 1.280,00	R$ 7.680,00	
1	1.5 - Kit de acessorios de montagem p/trimble da1 e da2	**462262**	6	R$ 180,00	R$ 1.080,00	R$ 399.780,00
	1.6 - Carregador c /cabo p/ coletor dados tsc5 e tdc6		6	R$ 560,00	R$ 3.360,00	
	1.7 - Carregador portatil de bateria ions litio npb1		6	R$ 470,00	R$ 2.820,00	
	1.8 - Bastao de 2m		6	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00	
	1.9 - Bolsa para tsc5		6	R$ 750,00	R$ 4.500,00	
	1.10 - Prest serv licença uso de sw trimble capture c correção anual		6	R$ 7.090,00	R$ 42.540,00	
	1.11 - Prest serv licença uso de sw trimble capture c correção anual		24	R$ 7.090,00	R$ 170.160,00	

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

*1.3. O prazo de vigência da contratação é de **140 (cento e quarenta) dias corridos, sendo 90 dias para entrega**, contados da data da última assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSID

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

*I) ID PCA no PNCP: **46377800000127-0-000070/2025**;*

*II) Data de publicação no PNCP: **12/06/2024**;*

*III) Id do item no PCA: **220**;*

*IV) Classe/Grupo: **6675**;*

*V) Identificador da Futura Contratação: **180216-259/2025**.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Treinamento:

4.1. Além dos critérios eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

a) A empresa deverá fornecer treinamento em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades do equipamento, sem custo adicional, com duração mínima de 08 horas (um dia); para no mínimo seis até oito novos usuários.

4.1.a.1. A data para o início da contagem do prazo para a realização do treinamento será de até 15 dias após o recebimento do equipamento.

4.1.a.2. O instrutor deverá ministrar o treinamento na língua portuguesa, ter formação especifica em (engenharia, cartografia ou agrimensor) comprovando por documento diploma do respectivo órgão emissor.

4.1.a.3. O treinamento devera compreender apresentação teórica do equipamento e pratica para todos os usuários.

Suporte técnico

4.2. A empresa fornecedora deverá possuir estrutura técnica para suporte técnico com pelo menos um profissional especializado, comprovado pelo órgão emissor, no sistema proposto a ser comprovado através de carta do fabricante.

4.3. A empresa deverá prestar suporte técnico off line, por telefone/e-mail durante todo o período de garantia dos equipamentos/licença. Compreende como suporte técnico, tanto orientações técnicas por telefone referente ao uso dos softwares e hardwares adquiridos no presente ETP como qualquer pane que interrompa os trabalhos em execução, durante a vigência do período da licença.

4.4. A assistência ao usuário deverá abranger o período de segunda a sexta-feira das 8:30 as 17:30:

a) via telefone: (11) 2883 6996;

b) email: polezel@secsp.com.br ou;

c) via whatsApp (11) 9 9131-8779 - Sr. Wesley.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do ***Despacho autorizador****.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de ***90 (noventa) dias, contados da data da última assinatura do Termo de Contrato*** *,* ***conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar (ETP).***

a) Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados de um manual operacional e um manual técnico, redigidos em português.

b) Todos os equipamentos e softwares que compreendem o sistema deverão vir acompanhados de manual impresso e/ou em mídia de CD, DVD ou USB Drive.

c) A instalação, ajuste e/ou configuração dos equipamentos deverão ser executados pelo Contratado no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data de sua entrega.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

a) NUCLEO DE APOIO LOGISTICO – NAL/IC Endereço - Rua Moncorvo Filho, 410, 1º ANDAR, Butantã, São Paulo- SP - CEP 05507-060.

b) A entrega deverá observar o horário de funcionamento do local, que corresponde das 10:00h às 16:00h.

c) A entrega deve ser agendada com os gestores do processo: Miriam ou Alexandre, no Núcleo de apoio logístico, através do contato por Telefone: (11) 3811-7160 ou 3811-7159

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

*5.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.*

5.6. O prazo indicado na subdivisão anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.10. A empresa fornecedora deverá possuir estrutura técnica para suporte técnico com pelo menos um profissional especializado, comprovado pelo órgão emissor, no sistema proposto a ser comprovado através de carta do fabricante.

a) A empresa deverá prestar suporte técnico off line, por telefone/e-mail durante todo o período de garantia dos equipamentos/licença. Compreende como suporte técnico, tanto orientações técnicas por telefone referente ao uso dos softwares e hardwares adquiridos no presente ETP como qualquer pane que interrompa os trabalhos em execução, durante a vigência do período da licença.

b) A assistência ao usuário deverá abranger o período de segunda a sexta-feira das 8:30 as 17:30:

5.10.b.1. via telefone: (11) 2883 6996;

5.10.b.2. email: polezel@secsp.com.br ou;

5.10.b.3. via whatsApp (11) 9 9131-8779 - Sr. Wesley.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 *(quinze)*** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 *(dez)*** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de *10 (dez)* dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será *com* ***entrega única e/ou total.***

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);

f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. ***Empresário individual:*** *inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

8.14. ***Microempreendedor Individual - MEI:*** *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;*

8.15. ***Sociedade empresária****: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

8.16. ***Sociedade empresária estrangeira:*** *portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;*

8.17. ***Sociedade simples:*** *inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;*

8.18. ***Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:*** *inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;*

8.19. ***Sociedade cooperativa:*** *ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;*

8.20. ***Ato de autorização*** *para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.*

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.24. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal;

8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.27. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.28. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.30. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.31. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Qualificação Técnica

8.32. Para fins de habilitação neste procedimento, não haverá exigência de habilitação técnica.

Outras comprovações

8.33. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

*9.1. O valor estimado total da contratação é de **R$ 399.780,00 (trezentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta reais)**, conforme **orçamento fornecido pela empresa [em anexo]**. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

*I) Gestão/Unidade: **00001**;*

*II) Fonte de Recursos: **150010001**;*

*III) Programa de Trabalho: **04127512522720000;***

*IV) Elemento de Despesa: **44905234**;*

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

CRISTIANE YURI HONNA

Equipe de Instrução Processual

Assinou eletronicamente em 05/12/2025 às 19:38:27.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - d - ETP atualizado - 975-2025 - GNSS - NAL_8376-2025.pdf (127.01 KB)

ESP-ADMINISTRACAO DA SUP

Estudo Técnico Preliminar 132/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 060.00008376/2025-13

2. Descrição da necessidade

O Instituto de Criminalística de São Paulo possui uma rede de 10 Laser Scanner 3D que realizam levantamentos tridimensionais em locais de crime proporcionando que o local seja perpetuado, documentado e tenham registradas as cenas de crime com detalhamento 2D e 3D. Estas ferramentas, quando utilizadas em casos de grandes extensões, como acidentes aéreos, acidentes de transito envolvendo grande deslocamento de veículos são associadas aos mapeamentos aéreos por drone e são embasados pelas coordenadas iniciais fornecidas e calibradas pelo receptor de sinal GNSS.

A junção das nuvens de pontos ou o alinhamento das ortofotos obtidas pelo drone e imagens tridimensionais obtidas pelo scanner, precisam ser altamente precisas, principalmente quando envolvem cálculos de velocidade média do condutor envolvido, em acidentes de transito com vítimas fatais, bem como para todos os dados que serão trabalhados posteriormente, no processamento do local e nas animações gráficas do evento, justificando assim a metodologia utilizada nos levantamentos tridimensionais e mapeamentos, sempre associados ao uso simultâneo do receptor de gnss.

O uso do Sistema Receptor de GNSS, ora solicitado, tornará a junção dos dados mais precisos e agilizará os trabalhos de tomada de pontos de controle e, a partir daí todos os demais levantamentos, medições, apontamentos e cálculos poderão ser manipulados com extrema precisão, garantindo assim absoluta segurança no uso das próximas ferramentas de medições, sejam aéreas ou aquelas obtidas pelo escaneamento em 3D.

Atualmente este Instituto de Criminalística possui apenas um único GNSS, com tecnologia ultrapassada, que necessita para operar o acesso a uma base de dados e conexão com a internet.

A seleção de modelo próprio para melhor atender a área forense visou atentar a diversidade das ocorrências criminais, como aos locais ermos, sem disponibilidade de sinal de internet, em locais de crimes com prioridade máxima, de acidentes de massa, queda de aeronave, deslizamento de encostas, crimes ambientais, dentre outros que carecem do pronto e rápido deslocamento da equipe técnica para o inicio dos trabalhos.

O único equipamento que a Policia Cientifica de São Paulo possui não atende a toda a demanda do Estado além de dispor de tecnologia RTK ultrapassada.

Além da detenção de único provedor da tecnologia RTX o receptor de GNSS Trimble GA2 é compatível com a rede de 10 soluções utilizadas pelos levantamentos tridimensionais dos locais de crime, pois após a obtenção da nuvem de pontos das cenas de interesse, gerados pelos receptores de sinais GNSS, serão processados por softwares específicos para junção dos dados que permitirão a reconstrução e reprodução simulada de acidentes e cenas de crime em movimento

(animação), facilitando a visualização das dinâmicas dos crimes, bem como a real dimensão da área em foco que expõe e revela a dimensão do crime ambienta, sendo necessário o pronto atendimento para que não se alterem os vestígios indispensáveis a elucidação dos fatos, considerando que o rápido e correto atendimento de locais de crime contribui para o bom andamento da pericia e sobremaneira para o sucesso da investigação criminal.

Em resumo, justificando a necessidade da aquisição do GNSS Trimble GA2 se da pela razão de:

-ser o único produto que dispõe da tecnologia RTX (que garante a independência de sinal gerador de internet) garantindo a correção dos sinais de satélite, gerando dados precisos e necessários para a delimitação daquele ponto ou área de interesse, mesmo em locais inóspitos, sem sinal de telecomunicação, não expondo a risco de ter que remarcar o atendimento ao local pelo fato de não conseguir acessar dados do IBGE, comprometer a preservação dos vestígios, condição ideal para a realização da pericia criminal.

- os dados obtidos pelos softwares do GNSS Trimble GA2 serem totalmente compatível com os softwares de campo e de laboratório (Capture, Perspective, Trimble Real Works e Trimble Reveal) que faz parte da rede composta por 10 soluções Laser Scanner ja em uso pela policia cientifica de São Paulo.

O equipamento selecionado para melhor atender as necessidades da pericia criminal foi o única no mercado nacional que possui tecnologia RTX, com correção diferencial via satélite, que não necessita de uma base RTK convencional ou internet para o envio de correção diferencial, que permite a obtenção em tempo real, dispensando grande numero de acessórios periféricos, garantindo a realização das pericias criminais com precisão e qualidade mesmo diante de intempéries, locais de difícil acesso, sem rede interligada com a internet, conforme a demanda dos atendimentos aos locais de crime pela Policia Cientifica o Estado de São Paulo, na maioria das vezes.

Assim, eleva-se a necessidade da aquisição de 06 (seis) receptores de sinais de gnss, com tecnologia RTX, para serem utilizados simultaneamente com os mapeamentos por drone e levantamentos tridimensionais, para nivelarmos os protocolos de atendimentos a locais de crime com excelência para toda as unidades que possuem a rede Solução Laser Scanner 3D Trimble X7.

Além do receptor de gnss, os softwares requisitados são dedicados ao uso forense e, permitirem a análise de vídeos e imagens sobrepondo nas imagens capturadas do local, agilizando os cálculos de velocidade baseado em imagens de câmeras de monitoramento, e outras análises como altura, distâncias percorridas e outras medições necessárias, que irão elucidar aquela etiologia jurídica dos fatos. Diante da ampliação do uso dessas ferramentas, varias equipes de pericias necessitam acessar os softwares de maneira simultânea, assim se faz necessário, para o bom andamento das pericias que estejam disponíveis na rede, para que não se percam os prazos de entrega das reconstituições, das animações e demais cálculos precisos que são apresentados no final de cada projeto.

O uso adequado de cada software, a precisão de detalhes e exposição de cálculos milimetricamente adotados em uma cena de crime são relevantes para estabelecer o grau de resolução da imagem desse hardware que nortearão a aquisição com alta definição das imagens, do tipo 4K UHD. Esses detalhes estarão sempre presentes em estudos de marcas de frenagem nos cálculos de velocidade em locais de acidente de transito, o levantamento de micro vestígios biológicos, impressões digitais, dentre outros.

Ante o exposto se faz necessário a utilização desses softwares em maior quantidade de licenças para que não se interrompam os trabalhos de acesso remoto as licenças flutuantes, já que a

utilização dessa ferramenta está sendo aplicada a todos os Núcleos de Pericias Criminalísticas do interior do Estado de São Paulo e grande São Paulo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NUCLEO DE APOIO LOGISTICO/IC	MIRIAM APARECIDA GARAVELLI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1 - Do suporte técnico:

-A empresa fornecedora deverá possuir estrutura técnica para suporte técnico com pelo menos um profissional especializado, comprovado pelo órgão emissor, no sistema proposto a ser comprovado através de carta do fabricante.

- A empresa deverá prestar suporte técnico off line, por telefone/e-mail durante todo o período de garantia dos equipamentos/licença. Compreende como suporte técnico, tanto orientações técnicas por telefone referente ao uso dos softwares e hardwares adquiridos no presente ETP como qualquer pane que interrompa os trabalhos em execução, durante a vigência do período da licença.

- A assistência ao usuário deverá abranger o período de segunda a sexta-feira das 8:30 as 17:30:

via telefone : (11) 2883 6996

email: polezel@secsp.com.br ou

via whatsApp (11) 9 9131-8779 - Sr. Wesley.

2 – Do Treinamento:

- A empresa deverá fornecer treinamento em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades do equipamento, sem custo adicional, com duração mínima de 08 horas (um dia); para no mínimo seis até oito novos usuários.

- A data para o inicio da contagem do prazo para a realização do treinamento será de até 15 dias após o recebimento do equipamento.

- O instrutor deverá ministrar o treinamento na língua portuguesa, ter formação especifica em (engenharia, cartografia ou agrimensor) comprovando por documento diploma do respectivo órgão emissor.

- O treinamento devera compreender apresentação teórica do equipamento e pratica para todos os usuários.

3- O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de no Máximo 90 dias, contados após a assinatura e vigência do contrato.

4- O prazo da licença de uso do software "*Trimble Real Works Core"* e das oito licenças do software "*Trimble Reveal* será de trinta e seis (36) meses, contados a partir da ativação das mesmas.

5 - A cobertura de licença de uso do software *SW Trimble Capture,* para o sistema receptor de sinais GNSS Trimble DA2 se dará pelo período completo de cinco anos de licença, para cada um dos seis equipamentos adquiridos, contado a partir da entrega dos equipamentos e subsequente ativação das mesmas. Em ajuste com o disposto no orçamento temos Aquisição de 6 licenças de uso para um ano cada um deles, mais 24 licenças que compreende 4 anos extras para cada um dos seis equipamentos Gnss, totalizando 5 anos de uso das licenças .

5. Levantamento de Mercado

Foram analisados diversos equipamentos disponíveis no mercado, através de consulta de sites de produtos já adquiridos por outros órgãos de referencia, bem como visitas técnicas em empresas, para verificação e validação das características que cada um dizia oferecer e relacionar sua compatibilidade com os Sistemas de tecnologia já utilizados.

Após essa análise detalhada e pesquisa de mercado, foi identificado que o Receptor GNSS Trimble DA2-GEO Forensics é a solução que atende o quesito compatibilidade com a Rede Solução Laser Scanner 3D Trimble X7 do Instituto. Esse modelo oferece uma combinação ideal de características, compatibilidade com os equipamentos existentes e atendimento completo às exigências operacionais. A escolha de softwares e hardwares mais modernos e compatíveis com a tecnologia já em pleno uso por toda a rede de 10 Soluções da policia cientifica do estado de São Paulo foi fator decisivo nesta analise.

A pesquisa por equipamentos da mesma marca daqueles já utilizados pelo Instituto de Criminalística de São Paulo visa garantir a compatibilidade e a integração dos dados, evitando problemas técnicos e ou interrupção dos trabalhos de processamentos dos arquivos gerados e até a animação dessas imagens que reproduzem a cena do crime.

Com relação a aquisição das licenças para uso dos softwares foram tratadas diante de único fornecedor, com licença exclusiva, detentor de rede estadual da Solução Laser Scanner 3D que a Superintendência da Policia Técnico Cientifica já possui, desde sua aquisição no ano de 2020.

A tecnologia RTK (Real-Time Kinematic) é um método de posicionamento que usa uma estação base e um receptor móvel para fornecer dados de satélite GNSS com precisão centimétrica em tempo real. Esse sistema funciona enviando correções de erros de sinal de um ponto de referência fixo para o receptor móvel, sendo essencial a conexão com sinal de internet.

Todos os receptores de sinais GNSS existentes no mercado dispõem de tecnologia RTK. A diversidade dos locais, principalmente aqueles dotados de cobertura vegetal densa, paredões, morros podem interferir no sinal de internet, retardando ou impedindo o complemento da obtenção dos dados precisos e necessários a realização da pericia criminal, bem como da correção dos dados emitidos pelos satélites.

O equipamento selecionado para melhor atender as necessidades da pericia criminal foi o única no mercado nacional que possui tecnologia RTX, com correção diferencial via satélite, que não necessita de uma base RTK convencional ou internet para o envio de correção diferencial, que permite a obtenção em tempo real, dispensando grande numero de acessórios periféricos, garantindo a realização das pericias criminais com precisão e qualidade mesmo diante de intempéries, locais de

difícil acesso, sem rede interligada com a internet, conforme a demanda dos atendimentos aos locais de crime pela Policia Cientifica o Estado de São Paulo, na maioria das vezes.

Diante dessas adversidades enfrentadas nas demarcações de áreas devastadas por incêndio, nos atendimentos de área de supressão de vegetais, em crimes ambientais, deslizamentos de encostas, determinação e discriminação de área de preservação permanente, dentre outras, associada a necessidade de deslocar equipamentos adicionais, como receptores base, tripés e baterias automotivas, prolonga o tempo necessário para concluir as medições e pode causar atrasos nas atividades subseqüentes, justifica-se a busca de outra tecnologia que forneça mais precisão e independência na execução dos trabalhos periciais.

A modalidade de aplicação na área forense requer agilidade e eficiência no atendimento, com a certeza na obtenção dos resultados, evitando assim atrasos para as investigações futuras, bem como a identificação da autoria e demais providências da contenda jurídica.

Para superar as limitações atuais e atender às necessidades específicas da área forense é necessário um receptor GNSS com correção diferencial via satélite, fornecendo coordenadas precisas em tempo real sem a necessidade de conexão com internet ou sinal de celular.

O receptor de GNSS Trimble DA2 Forensics foi testado empiricamente neste Núcleo de Apoio Logístico e é o único equipamento no mercado que contem tecnologia compatível com os softwares de manipulação de dados de campo: Trimble Real Works Core e Trimble Reveal, que compõem a Solução Laser Scanner 3D Trimble X7.

A empresa Santiago & Cintra é a única empresa que comercializa o receptor de GNSS Trimble DA2 Forensics, além de ser detentora das patentes EP 3696498A1, EP 3696499A1 e EP 3696567A1, em anexo, tem a exclusividade de comercialização do fabricante, conforme carta de exclusividade atualizada, que acompanha o presente Estudo Técnico Preliminar.

Os softwares de utilização dos dados do Sistema Receptor de Sinais GNSS Trimble DA2 Forensics ora pleiteados, são totalmente compatíveis com os demais softwares de processamentos de dados, geração de imagens e animações, garantindo assim a continuidade dos trabalhos já em operação com a Rede de Lasers Scanner (real works, reveal, perspective, sketch up Trimble Studio) justificando tecnicamente a opção por esse equipamento.

O preço do equipamento é razoável, compatível com aquele praticado no mercado. Não há orçamentos outros ou comprovante de vendas anteriores, conforme manifestação da empresa por e-mail visto tratar-se de produto novo no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

O objetivo da compra é a aquisição de um equipamento que permita a obtenção de pontos de controle para melhoria da acurácia das coordenadas obtidas quando da realização dos vôos pelos drones em mapeamentos aéreos em conjunto com levantamento tridimensional dos locais de crime.

A solução adotada para obtenção de pontos de controle consiste na aquisição de um sistema composto por:

- Seis receptores GNSS móvel (rover) item **6.1**,

- Seis coletores de dados, compactos com correção diferencial via satélite, compatível com a rede de 10 Solução Laser Scanner 3D TRIMBLE X7 item **6.2** e

- Demais acessórios e softwares abaixo especificados, item **6.3**, abaixo especificados:

- Oito licenças de uso pelo período de 3 anos: software *Trimble Reveal* , item **6.4**;

- Uma licença de uso pelo período de 3 anos: software Trimble Real Works Core, item **6.5**.

6.1 - Os receptores de sinais GNSS deverão apresentar as seguintes características operacionais:

- Correção diferencial via satélite por assinatura.

- Sistema compacto e leve.

- Capacidade de obter coordenadas precisas em tempo real.

- Compatibilidade com os softwares de geoprocessamento já em uso pelo TCE-GO.

- Suporte técnico especializado e manutenção disponível no Brasil.

- Deve possuir suporte a correções através da Banda L (satélite geoestacionário), mediante assinatura (s) anual (ais),

- Fornecer precisão, em tempo real, sem a necessidade da utilização de um receptor base ou link de telefonia/internet, utilizando apenas o receptor móvel (rover)

- Atingir precisão em tempo real,

- Permitir a captação de sinais de dupla freqüência a partir das constelações GPS, GLONASS, Galileo e BeiDou.

- Deve vir ativo para rastreamento de no mínimo os sinais GPS L1C/A, L2C, L5; GLONASS L1C/A, L2C /A; BeiDou B1, B2A; Galileo E1, E5a.

- Deve ter suporte a correções SBAS, QZSS e NavIC.

- Deve possibilitar o posicionamento com precisão em tempo real via RTPPP (posicionamento por ponto preciso em tempo real), também conhecido como PPP RTK, para trabalhos onde não há cobertura de internet ou rede móvel de celular.

-Possuir taxa de rastreio atualizável entre 1 Hz à 10 Hz.

- Ser à prova d'água e poeira padrão IP65 ou superior,

- Suportar queda livre de no mínimo 1,2m no concreto e queda inclinada (no bastão) de 2m e

- Possuir certificação contra vibrações e choques mecânicos padrão MIL-STD-810G.

- Possui peso igual ou inferior a 550g e dimensões máxima de 130x70mm.

O Receptor deverá possuir as seguintes modalidades mínimas de comunicação:

a) Tecnologia Bluetooth Integrada, para comunicação entre Receptor e Coletor (Tal opção deve ser de fábrica, não serão aceitos adaptadores externos);

b) Deve ser compatível com sistemas Android 8 ou superiores;

c) Possuir no mínimo as saídas USB-A para alimentação. O Receptor deve ser alimentado via USB através de carregador portátil com 5000mAH ou melhor.

Precisão via assinatura de correção diferencial:

- Sistema de correção pela banda L: horizontal: 2 cm RMS e vertical: 5 cm RMS;

6.2 – Os Coletores de Dados deverão:

- Possuir sistema operacional Android 8 ou superior, em Português, com câmera digital traseira de 13MP integrada com flash e câmera frontal de 5MP.

- Ser dotado de processador com capacidade igual ou superior a 2,2GHz.

- Memória RAM de 4GB SDRAM e memória de armazenamento embutido de 64GB (para dados) ou superior.

- Possuir 1 (um) slot de expansão de memória para cartão do tipo micro/SDHC de até 256GB, ou melhor.

- Ser à prova de água e poeira, padrão de proteção IP65 ou superior e resistente à queda de até 1,20m e ainda possuir certificação contra vibrações e choques mecânicos padrão MIL-STD-810G.

- Possuir display de 6” (1920x1080 pixels) ou superior com tela sensível ao toque (multi touch), legível sob a luz solar, e vidro Gorilla Glass. Bluetooth e Wi-fi integrados.

- O mesmo deverá ser, impreterivelmente, do mesmo fabricante do Receptor GNSS, garantindo assim a total compatibilidade do sistema.

- Ter Assinatura de Licença de Uso de Software/Aplicativo de Coleta de Dados

- Aplicativo compatível com o Receptor GNSS e Coletor de Dados acima descritos, para controle do Receptor GNSS.

Deve possibilitar:

- Inicializar o Receptor GNSS;
- Monitorar e gerenciar as configurações básicas dos Receptores GNSS;
- Criar um novo trabalho, montar diferentes estilos de levantamento;
- Coletar, gravar e nomear pontos;
- Realizar locações de pontos e linhas, bem como carregar um arquivo DFX;
- Permitir ao operador trabalhar, mediante contratação da assinatura, em tempo real ou pós-processado.
- Possuir as funções COGO e offset;
- Permitir a realização de calibração local;
- Importar e exportar arquivos em diferentes formatos.

Assinatura de Licença de Uso de Software de correção diferencial via satélite

A correção a ser recebida deve possibilitar que o sistema atinja precisão em tempo real igual ou melhor que: horizontal: 2 cm e vertical: 5 cm.

6.3 - Acessórios que acompanham os sistemas:

- 06 (seis) Receptores GNSS conforme especificado;

- 06 (seis) Coletores de dados conforme especificado;

- 06 (seis) Assinatura anual de Licença de Uso de Software de correção diferencial via satélite conforme especificação acima;

- 24 (vinte e quatro) Assinatura anual de Licença de Uso de Software/Aplicativo de Coleta de Dados - corresponde 04 anos para cada um dos seis equipamentos adquiridos, conforme especificação acima;

- 06 (seis) Sistemas de bateria com 5000mAH ou melhor;

- 06 (seis) Cabos de energia USB para conexão do Receptor a bateria acima descrita;

- 06 (seis) Suportes de encaixe no bastão para acoplar a bateria;

- 06 (seis) Suportes de coletor de dados, para acoplar o coletor no bastão;

- 06 (seis) Bastões de alumínio ou fibra de carbono de no mínimo 2,0m;

- 06 (seis) Carregadores de bateria compatível com o coletor e a bateria do Receptor;

- Das licenças de uso softwares dos seis coletores de dados (Gnss)

Seis licenças anuais de uso do software S*W Trimble Capture* para cada sistema receptor de sinais GNSS Trimble DA2.

Vinte e quatro licenças anuais *extras* de uso do software S*W Trimble Capture* - compreendendo (04) quatro anos de uso – licença estendida - para os seis sistemas adquiridos, finalizando assim a proposta de 24 licenças de uso, permitindo que os seis receptores operem durante quatro anos sem a necessidade de renovação dessas licenças.

Das garantias

- Garantia do Sistema Receptor de gnss: 12 (doze) meses de garantia, o fabricante é responsável pelos custos de exportação e importação do equipamento. Inclui substituição de peças com defeito por todo o período, bem como adequado funcionamento de todo sistema.

- Manuais: Todos os equipamentos e softwares que compreendem o sistema deverão vir acompanhados de manual impresso e/ou em mídia de CD, DVD ou USB Drive, em português.

Do suporte técnico:

- A empresa fornecedora deverá possuir estrutura técnica para suporte técnico com pelo menos um profissional especializado, comprovado pelo órgão emissor, no sistema proposto a ser comprovado através de carta do fabricante.

- A empresa deverá prestar suporte técnico off line, por telefone/e-mail durante todo o período de garantia dos equipamentos/licença. Compreende como suporte técnico, tanto orientações técnicas por telefone referente ao uso dos softwares e hardwares adquiridos no presente ETP como qualquer pane que interrompa os trabalhos em execução, durante a vigência do período da licença.

- A assistência ao usuário deverá abranger o período de segunda a sexta-feira das 8:30 as 17:30:

via telefone : (11) 2883 6996

email: polezel@secsp.com.br ou

via whatsApp (11) 9 9131-8779 - Sr. Wesley.

Do Treinamento:

- A empresa deverá fornecer treinamento em local a ser definido pelo Órgão, em todas as funcionalidades do equipamento, sem custo adicional, com duração mínima de 08 horas (um dia); para no mínimo seis até oito novos usuários.

- A data para o inicio da contagem do prazo para a realização do treinamento será de até 15 dias após o recebimento do equipamento.

- O instrutor deverá ministrar o treinamento na língua portuguesa, ter formação especifica em (engenharia, cartografia ou agrimensor) comprovando por documento diploma do respectivo órgão emissor.

- O treinamento devera compreender apresentação teórica do equipamento e pratica para todos os usuários.

Do prazo de entrega dos seis sistemas

- O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de no Máximo 90 dias, contados após a assinatura e vigência do contrato.

6.4 - Aquisição de 08 (oito) Licenças para uso pelo período de 36 meses (3 anos) do software:
Trimble Reveal em rede para com capacidade de realizar:
- reconstruções de cenas:
- Visualização 2D e 3D de dados;
- Suporte de modelos do SketchUp 3D;
- Smart Rooms (rápida reconstrução);
- Animações 2D e 3D;
- Múltiplas fontes para especificações de veículos;
- Simulação de danos em veículos 6/12;
- Sistema de marcação de evidências e fotos;
- Análise de fator de arrasto / aceleração;
- Análise de momento;
- Análise de trajetória de projeteis;
- Crash Math (para solução de equações de reconstrução).

6.5 – Aquisição de 01 (uma) Licença para uso pelo período de 36 meses (3 anos) do software:
Trimble Real Works Core,
que permita:
- Registro de nuvem de pontos;
- Segmentação e classificação da nuvem de pontos;
- Desenhado para preparação de dados para reconstrução de cenas crime e colisões;
- Gerencia, processa e analisa conjunto de dados;
- Exportação para software de reconstrução.

Das licenças dos softwares (itens **6.4** e **6.5**)

A garantia da licença deverá ser de 36 meses (3 anos) para cada uma das oito licenças adquiridas, contados a partir da data de liberação da licença. Devera compreender direito a atualização por todo o período de vigência.

Prazo para entrega para o fornecimento das licenças será de até 90 (noventa dias) contados a partir da emissão da nota de empenho, ou assinatura de contrato.

A empresa deverá prestar suporte técnico off line, por telefone/e-mail durante todo o período de garantia dos equipamentos/licença. Compreende como suporte técnico, tanto orientações técnicas por telefone referente ao uso dos softwares e hardwares adquiridos no presente ETP como qualquer pane que interrompa os trabalhos em execução, durante a vigência do período da licença.

- A assistência ao usuário deverá abranger o período de segunda a sexta-feira das 8:30 as 17:30:

via telefone : (11) 2883 6996

email: polezel@secsp.com.br ou

via whatsApp (11) 9 9131-8779 - Sr. Wesley.

LOCAL PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

NUCLEO DE APOIO LOGISTICO – NAL/IC

Endereço: Rua Moncorvo Filho, 410, 1º ANDAR, Butantã,

São Paulo- SP - CEP 05507-060.

Horário De Funcionamento: Das 10:00h Às 16:00h.

Agendar entrega com os gestores do processo: Miriam ou Alexandre, no Nucleo de apoio logístico, através do contato por Telefone: (11) 3811-7160 ou 3811-7159.

Há que se assentar que a solução é essencial para a satisfação em tela, não se denotando traços como ostentação, opulência, extravagância, requinte ou forte apelo estético. Em face do exposto, conclui-se que o objeto ora identificado como solução goza dos atributos necessários e essenciais para a demanda desta unidade, sendo enquadrado, pois, como de qualidade comum, nos termos do art. 2 do Decreto n 67.985/23.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pelo sistema ETP Digital do portal de Compras do Governo Federal, em observância ao Manual do Sistema ETP Digital disponível em: https://antigo.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/manual-etp-digital e aos incisos do art. 4º do decreto estadual 68.017/2023."

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estima-se a compra de um conjunto composto por seis sistemas de receptores de GNSS, cujos componentes descritos na seção 6 desse ETP e acessórios, conforme tabela a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Sistema de Receptor GNSS (Global Navigation Satellite System	6	R$ 35.168,00	R$ 187.068,00
2	Trimble Capture (6 licenças por 5 anos)	30	R$ 3.990,00	R$ 119.700,00
3	Trimble Reveal (8 licenças por 3 anos)	24	R$ 2.613,00	R$ 62.712,00
4	Trimble Real Works Core (1 licença por 3 anos)	3	R$ 10.100,00	R$ 30.300,00
	TOTAL			**R$ 399.780,00**

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 399.780,00

Conforme o Documento de Formalização de Demanda, a estimativa de custos é de R$ 399.780,00 (trezentos e noventa e nove mil e setecentos e oitenta reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de apenas um item em um único grupo, não havendo justificativa para parcelamento, posto que além de se tratar de entrega imediata de todo o conjunto de itens que compõem o único grupo, estes itens devem ser totalmente compatíveis entre si, o que só é possível com a seleção de somente um fornecedor para o grupo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto de contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2025, nos termos do Decreto estadual 67.689, de 3 de maio de 2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios a serem alcançados com a aquisição presente são;

- Mobilidade e Agilidade: O sistema é compacto e leve, eliminando a necessidade de acessórios pesados como tripés e baterias. Isso facilita a locomoção em terrenos de difícil acesso e reduz o tempo de instalação e operação.

- Independência de Equipamentos Adicionais: Não requer um receptor base para enviar correções ao rover, o que expande o raio de operação e reduz a necessidade de deslocamento e reinstalação do equipamento base.

- Precisão em Tempo Real: Fornece coordenadas precisas em tempo real sem a necessidade de conexão com internet ou sinal de celular.

- Compatibilidade e Padronização: A aquisição de equipamentos da mesma marca dos já utilizados pelo TCE-GO garante a compatibilidade e a integração dos dados, evitando problemas técnicos e garantindo a padronização dos produtos gerados.

Suporte e Manutenção: A escolha de um fornecedor com suporte técnico qualificado no Brasil, incluindo manutenção e treinamento especializado, é crucial para garantir a operação contínua e eficaz dos equipamentos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão para viabilizar a execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se identifica o impacto ambiental decorrente da aquisição de tal equipamento, nem tampouco do uso das licenças de softwares.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O aluguel de um dispositivo receptor de GNSS não garante a compatibilidade da manipulação dos dados com a Rede Solução Laser Scanner 3D Trimble Forensic, inviabilizando assim a aplicação na area forense.

Considerando os dados acima, entende-se que a opção por locação de um equipamento GNSS não é viável, tornando-se a compra de um equipamento a única opção viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

MIRIAM APARECIDA GARAVELLI

Perito Criminal

Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 13:06:45.

ORÇAMENTO

Data:	10/12/2025
Nome:	**Cristiane Yuri Honna**
Email:	**cristiane.cyh@policiacientifica.sp.gov.br**
De:	Wesley Polezel
Pag:	07

S&CSP-025-107rev8

Proposta Técnica/Comercial para Fornecimento do Receptor GNSS - Trimble DA2 Forensics

✓ Um novo conceito de produtividade...



A facilidade que **você precisa,**
a economia que **você procura!**

S&CSP Geotecnologias
Avenida Adolfo Pinheiro, n. 2.464 - 6º andar - Conjunto 62 - Alto da Boa Vista - São Paulo - SP - CEP: 04734-004
Fone: 11 2883-6996 - www.secsp.com.br

Receptor GNSS Trimble DA2 Forensics

Rápido, ágil e preciso, o **Trimble DA2 Forensics**é a combinação perfeita, que traz uma solução com benefícios e resultados impressionantes, além de economia e praticidade.

Possui o motor de posicionamento **Trimble ProPoint** GNSS de última geração. Projetado para obter exatidão e produtividade aprimoradas em condições GNSS adversas, como próximo a construções, paredões ou cavas.

Com a revolucionária tecnologia **Trimble RTX**, comercializada em licenças anuais, o DA2 **Forensics** consegue atingir precisão em tempo real, de nível RTK, sem precisar de uma base RTK convencional ou estar em locais com cobertura de celular/internet, pois a correção diferencial é enviada via satélite.

- Maior agilidade em campo;
- Não necessita de uma base RTK convencional ou cobertura de celular/internet;
- Menor quantidade de acessórios;
- Trimble Access, ágil e intuitivo;
- Possibilidade de redução de equipe;
- Precisão em tempo real de nível RTK;

Coletor de dados Trimble TDC6



► Sistema operacional Android™ 12;
► Tela de alta resolução de 6,3 pol, legível sob luz solar;
► Gorilla Glass 3;
► Bateria com grande capacidade, para o dia inteiro;
► Projeto ultra resistente com certificação MIL-STD-810G e IP67;
► Modelo ergonômico, leve e fino;
► Câmeras frontal 5MP e traseira 16MP;
► Tamanho: 172mmx81,2mmx24,3mm, Peso 287g;
► Poderoso processador Qualcomm Snapdragon 6490, Octa-core 64 Bits, 2,7 GHz ;
► 6 GB RAM e 64 GB de armazenamento interno;

S&CSP Geotecnologias
Avenida Adolfo Pinheiro, n. 2.464 - 6º andar - Conjunto 62 - Alto da Boa Vista - São Paulo - SP - CEP: 04734-004
Fone: 11 2883-6996 - www.secsp.com.br

Especificações Técnicas:

À prova d'água e poeira: IP65;
-Suporta quedas inclinadas de até 2 m no concreto;
-Suporta quedas livres de até 1,2 m no concreto;
Peso: 330g;
Power Bank, 5000mAh/ 18.5 Wh;
Tempo Estimado de operação: +5 horas;
*DA2 pode ser carregada por qualquer power bank USB



Constelações:

- GPS: L1C/A, L2C, L5
- GLONASS: L1C/A, L2C/A
- Galileo: E1, E5A
- BeiDou: B1, B2A
- SBAS: L1C/A, L2C, L5
- QZSS: L1C/A, L2C, L5
- NavIC (IRNSS): L5
- L-Band: Correções Trimble RTX
- ***Trimble RTX:**
- Precisão horizontal.. . . . . .2 cm
- Precisão vertical. . . . . .5 cm

*A precisão e o tempo de inicialização podem variar com base na localização geográfica do usuário, atividade atmosférica, níveis de cintilação, integridade e disponibilidade da constelação GNSS e nível de multicaminho, incluindo obstruções do sinal por fatores naturais ou urbanos como árvores e edifícicações.**A precisão e o tempo de inicialização podem variar com base na localização geográfica do usuário, atividade atmosférica, níveis de cintilação, integridade e disponibilidade da constelação GNSS, níveis de multicaminhamento, incluindo obstruções do sinal dos satélites por fatores naturais ou urbanos como árvores e edificações.

PROPOSTA COMERCIAL

Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	RECEPTOR DE SINAIS GNSS TRIMBLE DA2 Forensics	6	R$ 4.240,00	R$ 25.440,00
2	COLETOR DE DADOS TRIMBLE TDC6	6	R$ 19.500,00	R$ 117.000,00
3	SUPORTE DE BASTÃO PARA TDC6/MM6 COM BASE MAGNÉTICA	6	R$ 2.200,00	R$ 13.200,00
4	TDC6/MM6 Device Bracket with Magnetic Plate	6	R$ 1.280,00	R$ 7.680,00
5	KIT DE ACESSORIOS DE MONTAGEM PARA TRIMBLE DA1 E DA2	6	R$ 180,00	R$ 1.080,00
6	CARREGADOR COM CABO PARA COLETOR DE DADOS TSC5 E TDC6	6	R$ 560,00	R$ 3.360,00
7	CARREGADOR PORTATIL DE BATERIA DE IONS LITIO NPB1	6	R$ 470,00	R$ 2.820,00
8	Bastão de 2M	6	R$ 2.000,00	R$ 12.000,00
9	Bolsa para TSC5	6	R$ 748,00	R$ 4.488,00
10	PREST SERV LICENÇA DE USO DE SW TRIMBLE CAPTURE C CORREÇÃO ANUAL	6	R$ 3.990,00	R$ 23.940,00
11	PREST SERV LICENÇA DE USO DE SW TRIMBLE CAPTURE C CORREÇÃO ANUAL	24	R$ 3.990,00	R$ 95.760,00
12	PREST SERV LIC SW TRIMBLE FORENSE REVEAL - ANUAL	24	R$ 2.613,00	R$ 62.712,00
13	PREST SERV LIC DE USO DE SW REALWORKS PERFORMANCE - LICENÇA ANUAL	3	R$ 10.100,00	R$ 30.300,00
Valor Total da Proposta a vista (Trezentos e noventa e nove mil setecentos oitenta Reais)				**R$ 399.780,00**

****Conforme legislação vigente, os softwares serão faturados como prestação de serviço, portanto serão emitidas 2 Notas Fiscais para o faturamento do sistema, sendo uma para os produtos outra para o software (item 8).**



S&CSP
Avenida
Fone: 11

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

Faturamento:	**Todos os itens com valores descritos nesta proposta constarão na NF. Preços válidos apenas para aquisição completa do sistema.**
Validade da Proposta:	30 (trinta) dias.
Prazo de Entrega:	Em até 30 (trinta) dias. A efetividade do prazo de entrega fica condicionada a disponibilidade em nosso estoque.
Garantia:	01 (ano) anos para o Receptor, e 02 (dois) anos para o coletor de dados, e 03 (três) meses para demais acessórios; contra defeitos de fabricação.
Licenças de uso de Softwares:	O software de coleta de dados Trimble Access e a correção diferencial Trimble RTX, são licenças anuais, que necessitam de renovações anuais para o funcionamento.
Condição de Pagamento:	A vista.
Frete:	Não Incluso FOB.
Impostos - Diferencial de Alíquota e Substituição Tributária:	As alíquotas do ICMS destacadas nas Operações Fiscais realizadas pela Santiago & Cintra Importação e Exportação Ltda são baseadas na Legislação Federal e Legislação Estadual, conforme o Artigo 52, Inc. I, II, III, do RICMS/SP – Decreto nº 56.133 de 25/08/2010. Portanto, o valor do Diferencial de Alíquota do ICMS cobrado pela Legislação

Estadual de cada Estado é de Responsabilidade do Comprador no momento da entrada no estabelecimento.
Poderá haver a incidência de ICMS-ST nas operações firmadas entre a Santiago & Cintra Importação e Exportação Ltda e o comprador, conforme determinação de protocolos ou convênios firmados entre o Estado de São Paulo e o Estado de destino das mercadorias, neste caso, o pagamento é de responsabilidade do comprador, sendo este valor devidamente destacado em nota fiscal, conforme dispõe o normativo acima citado. A Santiago & Cintra Importação e Exportação Ltda enviará a Nota Fiscal Eletrônica e o DANFE ao e mail cadastrado do Cliente, conforme regula a Legislação Federal. Portanto, é de extrema importância que o endereço eletrônico informado esteja correto e que seja setor competente do Cliente (fiscal, contábil ou similar).

Nota Fiscal de Serviço - Emissão:

Prazo - O cliente deve informar data-limite para emissão da nota fiscal de serviço, na falta desta informação o faturamento seguirá até o último dia de cada mês.
Envio da nota fiscal de serviço - O cliente deve informar endereço eletrônico próprio para recebimento da nota fiscal de serviço, na falta desta informação será enviado para e-mail padrão do cliente. Responsabilidade - A Santiago & Cintra Importação e Exportação Ltda não se responsabilizará pela falta destas informações, portanto não realizará cancelamento de nota fiscal de serviço por divergências internas do cliente.

Assistência Técnica:

Será prestada pela SANTIAGO & CINTRA através de seu quadro de técnicos especializados. A empresa possui laboratório de assistência técnica equipada e técnicos com experiência superior a 3 (três) anos, capacitados pelo fabricante, com todo o "know-how" necessário para efetuar reparos nos equipamentos cotados durante e após o período de garantia dos mesmos.

Dados da Empresa: Santiago & Cintra Importação e Exportação LTDA.
Avenida Doutor Celso Charuri, 6391 – Condomínio Bella Cittá
14.098-510 Ribeirão Preto SP
CNPJ: 51.536.795/0006-00
Insc. Estadual: 797.021.050.118
Insc. Municipal: 20019093

Banco: Banco do Brasil S/A
Agência 3347-2
C.C. no 5941-2
São Paulo - SP

Atenciosamente,

S&C São Paulo Geotecnologia
Wesley Polezel
Departamento Comercial
(11) 2883-6995 / 2883-6996 / 2883-6997
(11) 9 9131-8779
polezel@secsp.com.br

Documento assinado eletronicamente por **Santiago & Cintra Importação e Exportação LTDA registrado(a) civilmente como LUIZ FERNANDO ANTONIO DALBELO**, **Usuário Externo**, em 17/12/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Pinto De Oliveira**, **Testemunha**, em 18/12/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Yuri Honna**, **Testemunha**, em 18/12/2025, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Karin Kawakami De Vicente**, **Perito Criminal**, em 18/12/2025, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0092652038** e o código CRC **31C74521**.